



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2024**  
**PROCESSO Nº 294/2024**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUANA-TO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 25.063.918/0001-00 com Inscrição Estadual Isenta, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna-se público que, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR TAXA ADMINISTRATIVA** (positiva, zero ou negativa), termos da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, Lei complementar 123 de 14 Dezembro de 2006, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DATA: 06/12/2024**

**HORA: 08:00 h (horário de Brasília-DF) ENDEREÇO**

**ELETRÔNICO: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)**

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	
<b>DIA:</b>	<b>21/11/2024</b>
<b>HORA:</b>	<b>08:00 h (horário de Brasília-DF)</b>
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	
<b>DIA:</b>	<b>6/12/2024</b>
<b>HORA:</b>	<b>07:00 h (horário de Brasília-DF)</b>
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	
<b>DIA:</b>	<b>06/12/2024</b>
<b>HORA:</b>	<b>08:00 h (horário de Brasília-DF)</b>
<b>LOCAL:</b>	<b><a href="http://www.bnc.org.br">www.bnc.org.br</a> "Acesso Identificado"</b>
DEMAIS INFORMAÇÕES	
<b>OBS.:</b>	Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília – DF.
<b>OBS.:</b>	Modo de disputa: aberto (envio dos lances durará 10 minutos, prorrogado automática e sucessivamente quando houver lance nos dois últimos minutos)
<b>OBS:</b>	Não havendo expediente ou ocorrendo fato que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para o dia útil seguinte, no mesmo horário.

**1. DO OBJETO**

A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ADMINISTRAR O FORNECIMENTO, GERENCIAMENTO, CONTROLE E AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, DIESEL COMUM E DIESEL S-10), UTILIZANDO CARTÕES ELETRÔNICOS COM CHIP OU TARJA MAGNÉTICA, PARA ATENDER À FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA TO, FUNDOS MUNICIPAIS E SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

**1.1.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**1.2.** O critério de julgamento adotado será o maior percentual de desconto sobre taxa administrativa, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**1.3.** O valor estimado para o presente procedimento é: **R\$3.664.067,10 ( tres milhoes seiscentos e sessenta e quatro mil sessenta e sete reais e dez centavos)** e valor percentual da taxa de administração de **1,14%**.

**1.4.** No maior desconto sobre a taxa administrativa do objeto deverão estar inclusos todos os tributos





(impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

1.5. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar os preços unitários e totais estimados pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

## 2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF e Plataforma da BNC – Bolsa Nacional de Compras, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro no SICAF poderá ser realizado, no sítio

<https://www3.comprasnet.gov.br/sicafweb/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

2.2.1- Cadastro junto a Bolsa Nacional de Preços – [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), e com o consequente credenciamento junto ao aplicativo da mesma.

2.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

2.5. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da Bolsa Nacional de Preços – [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) “Acesso Identificado”.

2.6. Os trabalhos serão conduzidos por servidor municipal, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “**Pregão Eletrônico**” constante da página eletrônica da BNC.

2.7. O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, atendendo o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte para efeito do desempate quando verificado ao final da disputa de preços.

2.8. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

3.1. Poderão participar desta licitação Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte ou Micro Empresário Individual (conforme definição do art. 3º da LC 123/06), regularmente estabelecida no País, que seja legalmente autorizada a atuarem no ramo objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus anexos, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF 100% digital**, conforme disposto nos artigos 3º e 4º da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.





**3.1.1.** Consideram-se Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) aptos à participação no presente certame, aquelas que preenchem os requisitos do art. 3.º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006.

**3.2.** Devem estar regularmente cadastrada(s) junto a Bolsa Nacional de Preços – [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), e com o consequente credenciamento junto ao aplicativo da mesma, sendo que a apresentação do cadastramento não desobriga o participante a apresentar a documentação exigida para a habilitação.

**a)** A habilitação dos licitantes deverá ser comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral prevista neste Edital, junto a BOLSA NACIONAL DE PREÇOS.

**b)** O credenciamento tempestivo do licitante junto a BOLSA NACIONAL DE PREÇOS é *conditio sine qua non* para sua efetiva habilitação na modalidade licitatória Pregão Eletrônico.

**c)** Para a habilitação neste Pregão Eletrônico, o licitante deverá estar tempestivamente credenciando no sistema acima, devendo encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, marca e preço, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão.

**3.2.1.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto acima, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**3.2.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.2.3.** Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo V da Lei Federal 14.133/21.

**3.2.4.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**3.2.5.** Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no prazo de até 02 (duas) horas contado da solicitação do pregoeiro no sistema.

**3.2.6.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento na BNC/SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.2.7.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.2.8.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.2.9.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.2.10 Não poderão participar desta licitação os interessados:**

**Conforme Art. 14 da Lei 14.133/21: Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:**

**I.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;





II. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

VI. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o inciso III do **caput** deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do **caput** deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

§ 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

VII. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

IX. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#)

3.3- O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão junto a BOLSA NACIONAL DE PREÇOS.

3.5. Correrá por conta das licitantes todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

#### 4. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema <https://www.bnc.org.br> concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO", incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da sessão pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio





do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.

**4.2.** As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

**4.3.** Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo pregoeiro (a).

**4.4.** A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

**4.5.** O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas.

**4.6.** Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

**4.7.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**4.8.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n.º 123, de 2006.

**4.9.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**4.10.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**4.11.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**4.12.** O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**4.13.** O encaminhamento de proposta(s) e documentação de habilitação para a Plataforma de Pregão Eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**4.14.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**4.15.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

## **5. DO CONTEÚDO E PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1.** Valor unitário e total para cada item ou lote de itens ou o percentual de desconto (conforme o caso e critério de julgamento adotado neste Edital), em moeda corrente nacional ou o percentual de desconto.

**5.1.2.** Fabricante ou Marca de cada item ofertado (quando solicitado);

**5.1.3.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

**5.1.4.** Poderão ser inabilitadas as propostas inseridas na Plataforma de Pregão Eletrônico que deixarem







de conter:

- a) As especificações dos itens com marca, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência;
- b) Proposta de preços, com mais de duas casas decimais, haja vista que deverão ser apresentadas com no máximo duas casas.

**5.1.5.** A não inserção de proposta contendo as informações solicitadas no item 5.1 e seus subitens implicará na DESCLASSIFICAÇÃO da empresa, face à ausência de dados suficientes para a classificação da(s) proposta(s).

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

**5.4.** Os preços ou o percentual de desconto ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** Na proposta escrita, deverá conter:

- a) Data e assinatura do representante legal da proponente;
- b) Razão social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; Inscrição estadual (se a licitante não for insenta);
- c) Endereço completo;
- d) Nome e dados do responsável pela assinatura do contrato ou ata de registro;
- e) As **especificações do material com marca ou prestação de serviço quando for o caso**, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência;
- f) **Prazo de validade da proposta** não inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de abertura da sessão pública do pregão;
- g) **MENOR TAXA ADMINISTRATIVA** (positiva, zero ou negativa) com até 02 (duas) casas decimais, já incluídas todas as despesas com transportes, imposto, taxas, seguros, bem como os ônus decorrentes de contratação de pessoal, leis trabalhistas, da Previdência Social, encargos fiscais, comerciais, inclusive descarga dos equipamentos, e outras que direta ou indiretamente incidirem sobre a contratada;

**5.6.** Nos preços deverão estar computados todos os tributos, encargos, insumos de produção, benefícios e despesas indiretas, **bem assim despesas com a entrega**, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da contratada.

**5.7.** Não será admitida cotação inferior ou superior à quantidade prevista neste edital e no termo de referência.

**5.8.** Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos;

**5.9.** Atendidos todos os requisitos será (ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer (em) o **MENOR TAXA ADMINISTRATIVA** (positiva, zero ou negativa);

**5.10.** Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

**5.11.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.12.** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

**5.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**5.14.** A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornece todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



5.15. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do artigo 133, da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

6.2 O CRITÉRIO DE JULGAMENTO adotado será o **MENOR TAXA ADMINISTRATIVA** (positiva, zero ou negativa) conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.3 O CRITÉRIO DE VALOR OU O PERCENTUAL DE DESCONTO adotado é o de **MENOR TAXA ADMINISTRATIVA** (positiva, zero ou negativa).

6.4 O MODO DE DISPUTA adotado será o **ABERTO** (inciso I, Art. 31 do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019) com **intervalo mínimo entre lances de R\$ 0,01 OU % 0,01**.

6.4.1 A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.4.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

6.4.3 Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.4.4 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, mediante justificativa. (Art.32 do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019).

6.5. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, sendo vedadas descrições do tipo "conforme o edital" ou "outras deste gênero".

6.6. O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO" do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

6.7. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ.

6.7.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com indicação da(s) disposição(ões) específica(s) do presente Edital e/ou do Termo de Referência que restou(aram) descumprida(s), com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.7.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.8. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.9. O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

6.10. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro.

6.11. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à BNC (Bolsa Nacional de Compras).

6.13. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.



## 7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1-A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**7.2.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.3.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário ou o maior percentual de desconto do item

**7.4.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.5.** O licitante somente poderá oferecer lance *de valor superior quando se trata de maior percentual de desconto* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.5.1** Os lances enviados em desacordo com o subitem anterior serão descartados automaticamente pelo sistema.

**7.6.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,01 ou % 0,01*.

**7.7.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**7.8.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**7.9.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.9.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**7.9.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.9.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**7.9.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**7.9.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.10.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.11.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do maior desconto registrando sobre a taxa administrativa, vedada a identificação do licitante.

**7.12.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.13.** O pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.14.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a (10) dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da





comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://www.bnc.org.br>.

**7.15.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

**7.16.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

**7.17.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 10.273/2020](#).

**7.17.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.17.2** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.17.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.17.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.18.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto.

**7.18.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

- Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.19** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.19.1** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**7.19.2** Empresas brasileiras;

**7.19.2.1** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.19.2.2** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de](#)





dezembro de 2009.

7.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.2 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21.3 O pregoeiro solicitará aos licitantes classificados que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.4 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.0 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se os licitantes provisoriamente classificados atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros. Importante ressaltar que as certidões abaixo descritas deverão ser apresentadas pelos licitantes enquanto que caberá ao Pregoeiro verificar a autenticidade das mesmas:

8.1. SICAF;

**8.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**8.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

**8.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

**8.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

**8.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).





8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.6.1. Contiver vícios insanáveis;
- 8.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo ou abaixo do percentual de desconto mínimo definido para a contratação;
- 8.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração (ou maior percentual de desconto acima de 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração).

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 8.8.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.8.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.15. Se a proposta ou o lance do lote/item de maior desconto oferta não for aceitável, por inexequibilidade, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido valor melhor;

## 9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, pelo critério de **MENOR TAXA ADMINISTRATIVA** (positiva, zero ou negativa), a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com desconto inferior ao mínimo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com desconto irrisório por ensejar custos embutidos ao fornecimento de peças, acessórios e prestação de serviços, uma vez que o Contratante não será responsável por quaisquer custos adversos ao objeto deste certame, uma se tratar apenas da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.



9.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços ou desconto global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4.1 Ao término da fase de lances será analisada a proposta vencedora, a mesma será analisada ao valor de mercado, podendo ser desclassificada, por ensejar custos embutidos ao fornecimento de combustíveis, uma vez que o Contratante não será responsável por quaisquer custos adversos ao objeto deste certame, uma se tratar apenas da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.

9.4.2 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema 'ENVIAR ANEXO', estabelecendo no "chat" **PRAZO RAZOÁVEL, não inferior a 02 (duas) horas**, para tanto, sob pena de não aceitação da proposta. A contagem do prazo será dentro do expediente do órgão.

9.5.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação expressa do licitante escrita e justificada do licitante, formulada via *chat*, ou via *e-mail*, antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.5.2 A "Proposta de Preços", constante do Anexo II deste Edital, deverá conter os seguintes campos:

9.5.2.1 Número do item, descrição do objeto ofertado, marca/fabricante/modelo (se for o caso), unidade e quantidade;

9.5.2.2 **Valor unitário, e total**, expresso em moeda nacional (Real - R\$) com até **quatro casas decimais** (ou **Valor do percentual de desconto quando for o caso** expresso em porcentagem (por cento - %)), com até **quatro casas decimais**;

9.5.2.3 Indicação expressa de que o preço cotado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: taxas, embalagens, impostos, encargos sociais e trabalhistas, seguros e tudo mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do produto, entendido que a não indicação implica em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;

9.5.2.4 Razão social, endereço, telefone, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

9.5.2.5 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura deste Pregão.

9.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.6.1 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.7 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.8 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá



negociar com o licitante para que seja obtido melhor desconto.

**9.9** A negociação será realizada por meio do Sistema ``chat``, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9.10** Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o maior desconto sobre a taxa administrativa da proposta vencedora.

**9.11** O(s) valor(es) obtido(s), tanto unitário(s) como total(is), no resultado final desta licitação só será(ão) admitido(s) quando igual(is) ou superior(es) ao(s) contido(s) no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

**9.12** Após a conferência e consulta, e se os documentos comprobatórios de habilitação estiverem de acordo com o solicitado, será declarado o (s) licitante (s) vencedor (es) do lote/item e aberto o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso. Sendo que nesse momento ficará franqueada a todos os licitantes a consulta dos documentos, cadastrados na plataforma, do (s) licitante (s) vencedor (es) do lote/item.

## 10 DA HABILITAÇÃO

10.4 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação dos licitantes detentores das propostas classificadas nos primeiros lugares (ou que ofertaram lances), o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros já apresentados pelos licitantes:

10.4.1 SICAF;

10.4.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

10.4.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

10.4.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

10.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.5.1 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.6 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

### 10.7 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.7.1 **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br);







10.7.3 **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada -EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na JuntaComercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.7.4 **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicasdo local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.7.5 **No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte:** certidão expedida pela Junta Comercialou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103,de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

10.7.6 **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que oaprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.7.7 **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização;

10.7.8 Caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar odocumento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

10.7.9 **Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

10.7.10 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7.10.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10.8 **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

10.8.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) com data de emissão até 30 dias anteriores a abertura do certame;

10.8.2 Certidão Simplificada da Junta Comercial competente, com data de emissão máxima de 30 (trinta) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP).

10.8.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos **tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, da Secretária da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.8.4 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

10.8.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.8.6 Certidão Negativa ou positiva com efeitos negativos de débito com a **Fazenda Estadual** da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei, inclusive para as microempresas e empresas de pequeno porte.

10.8.7 Certidão Negativa ou positiva com efeitos negativos de **Débitos Municipais, expedida pelo Município** sede da empresa, inclusive para as microempresas e empresas de pequeno porte.





10.8.8 Deverá ser apresentado, também, a **inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; com data de emissão até 30 dias anteriores a abertura do certame;

**10.5.8.1** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado.

10.9 caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### 10.10 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

10.10.1 Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme preceitua o inciso I do artigo 63 da Lei n.º 14.133/2021, de acordo com **ANEXO III**.

10.10.2 Declaração de que se encontra inserido nos dispostos do inciso I ou II, conforme o caso, do artigo 3º da lei complementar n.º 123/2006, de acordo com **ANEXO IV**.

10.10.3 Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura, de acordo com **ANEXO V**.

10.10.4 Declaração de integralidade dos custos, de acordo com o **ANEXO VI**.

10.10.5 Declaração de reserva de cargos, conforme preceitua o inciso IV do artigo 63 da Lei n.º 14.133/2021, de acordo com **ANEXO VII**.

10.10.6 Declaração de inexistência de impedimento para licitar, de acordo com o ANEXO VIII.

10.10.7 Declaração de inexistência de vínculo com o município, de acordo com o ANEXO IX.

10.10.8 Declaração de CNAE, de acordo com o **ANEXO X**.

10.10.9 Declaração de que detém rede de postos credenciados, de acordo com o ANEXO XI.

#### 10.8 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**10.8.1** Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas. Para esta certidão só será aceita outra validade se estiver expressa no próprio documento.

**10.8.2** O prazo de validade da certidão é o expresso na mesma, ou, constando da certidão o prazo de validade, será considerada válida a certidão expedida nos últimos 30 (trinta) dias, em salvaguarda à segurança jurídica, a realidade concreta e supremacia do interesse público.

**10.8.3** Acaso, a certidão oriunda do distribuidor competente da sede da empresa, contemple: falência, concordada, recuperação judicial ou extrajudicial, e estando positiva para recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, com vistas a acautelar e demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes de eventual futuro contrato.

**10.8.4** Balanço patrimonial e demonstrações do exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois)** últimos exercícios sociais, na forma do art. 69 inciso I da lei nº 14.133/21.

**10.8.5** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (hum) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



SG Ativo Total  
= Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC Ativo Circulante  
= Passivo Circulante

## 11.8 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

**10.9.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens/serviços em características compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de Atestado fornecido por pessoas jurídica de direito público ou privado.

**10.9.1.1.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

**10.9.1.2.** Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do edital.

**10.10.** Para fins de habilitação, a verificação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova.

**10.11.** Se a LICITANTE CLASSIFICADA em primeiro lugar não atender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

**10.12.** Os documentos complementares se exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo **ESTABELECIDO PELO PREGOEIRO, não inferior a 02 (duas) horas**, no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do email oficial que será descrito pelo Pregoeiro caso o mesmo desejar. Posteriormente, os documentos poderão ser solicitados pelo pregoeiro, que sejam remetidos em original, no prazo de **03 (três) dias**, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail.

**10.12.1.** O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser **PRORROGADO** por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro ou por falha do sistema o pregoeiro poderá definir novo prazo.

**10.13.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**10.14.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**10.15.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**10.15.1.** Verificado o atendimento de todas as exigências contidas neste Edital e nos seus Anexos, a licitante será DECLARADA VENCEDORA do certame.

**10.16.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



**10.16.1.** A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

**10.17.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**10.18.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**10.19.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**10.20.** O Sistema lavrará ata circunstanciada da reunião, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

## **11 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**11.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**11.2.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**11.3.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**11.4.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**11.4.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **12 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**12.1.** A Proposta de Preços final deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar do encerramento da sessão pública do pregão eletrônico, por solicitação do Pregoeiro, e deverá:

**12.1.1.** ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

**12.1.1.1.** Na proposta escrita, deverá conter:

**12.1.1.1.1** Data e assinatura do representante legal da proponente;

**12.1.1.1.2** Razão social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; Inscrição estadual (se a licitante não for insenta);

**12.1.1.1.3** Endereço completo;

**12.1.1.1.4** Nome e dados do responsável pela assinatura do contrato ou ata de registro;

**12.1.2.** conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

**12.1.3.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso; e

**12.1.4.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## **13 DOS RECURSOS**

**13.1** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como





microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**13.2** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**13.2.1** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**13.2.2** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**13.2.3** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentaras razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**13.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

**13.5.** Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

**13.6.** O resultado do recurso será divulgado através do sistema <http://www.bnc.org.br/>.

## **14 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**14.1.** O objeto da licitação será adjudicado, pelo critério de maior taxa administrativa, ao licitante declarado vencedor, por ato do Gestor, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**14.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**14.3.** Como condição prévia à assinatura do contrato, a empresa julgada vencedora terá o prazo de 2 dias para apresentar todas a relação de estabelecimentos credenciados, observando o disposto na declaração de possuir redes credenciadas.

**14.3.1** A não apresentação ou a apresentação insuficiente implicará na desclassificação e na convocação imediata da licitante subsequente.

**14.3.2** O Município se reserva ao direito, de após o recebimento da listagem dos estabelecimentos comerciais, diligenciar aos estabelecimentos para transparência e conferência da regularidade.

**14.3.3** A listagem dos estabelecimentos deverá constar: CNPJ, ENDEREÇO, CONTATOS.

## **15 DO TERMO DE CONTRATO**

**15.1.** Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

**15.2.** A Adjudicatária terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, e podendo receber as sanções previstas neste Edital por prejuízo causados contratante.

**15.2.1.** O prazo para assinatura do contrato previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

**15.2.2.**

**15.2.3.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de







recebimento (AR) ou meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

**15.3.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.4.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**15.5.** É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

**15.6.** A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**15.7.** O prazo de vigência da contratação será de até 12 meses, prorrogável na forma do art. 105, da Lei n.º 14.133/2021.

## **16 DO PREÇO**

**16.1.** O preço será fixado e irrevogável, salvo as condições previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e suas alterações.

## **17 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**17.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**18.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **19 DO PAGAMENTO**

**19.1.** O pagamento será da seguinte forma:

**19.1.1.** A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal com o(s) produto(s)/serviço(s) discriminado(s).

**19.1.2.** O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a execução do(s) serviço(s)/fornecimento do(s) produto(s) conforme a apresentação da Nota Fiscal e o atesto por parte do gestor(a) e fiscal de contrato.

**19.1.3.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na Nota Fiscal/Fatura discriminativa, a partir da execução do(s) serviço(s)/fornecimento do(s) produto(s), contendo o detalhamento dos serviços executados/produto(s) fornecido(s), com o número da autorização, nome do solicitante/Contratante, convenio (se for o caso).

**19.1.4.** O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento.

**19.1.5.** Para efetivação dos pagamentos via conta bancária a CONTRATADA deverá ter conta vinculada ao BANCO DO BRASIL e/ou BRADESCO.

**19.1.5.1.** Caso tenha conta bancária em outra entidade financeira, a contratada arcará com os encargos financeiros da transferência.

**19.1.6.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**19.1.6.1.** No caso em que se verificar que o documento de cobrança apresentado encontra-se em





desacordo com o estabelecido, a documentação será restituída para as correções cabíveis, mediante notificação, por escrito, contando-se novo prazo para pagamento a partir de sua reapresentação.

**19.1.6.2.** A CONTRATANTE pagará as faturas somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

**19.1.6.3.** Para habilitar-se ao pagamento a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE a 1ª via da Nota Fiscal de Venda/Fatura juntamente com a comprovação de fornecimento.

**19.1.6.4.** Em caso de erro ou omissão na nota fiscal ou em outro documento que o substitua, a atualização financeira somente será devida após as devidas retificações ou substituição, não sendo computado o prazo de retificações para efeito de atualização do valor a ser pago.

**19.1.6.5.** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

**19.1.6.6.** Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil, e atendidos todos os ditames legais concernentes.

**19.1.6.7.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

**19.1.7.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**19.1.7.1.** Sobre o pagamento efetuado será retido na fonte e recolhido, pelo Município de SANTA FÉ DO ARAGUAIA, os tributos federais, previstos na IN RFB 1234/2012, IN RFB Nº 1540/2015 e na IN RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023 e alterações seguintes, com exceção das empresas optantes pelo Simples Nacional.

**19.1.7.2.** Caso a contratada seja optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

**19.1.7.2.1.** No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**20.3** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, o licitante/adjudicatário que:

**20.1.1.** Não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

**20.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**20.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**20.1.4.** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**20.1.5.** não mantiver a proposta;

**20.1.6.** cometer fraude fiscal;

**20.1.7.** comportar-se de modo inidôneo;

**20.4** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**20.5** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**20.3.1.** Multa de 10.% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**20.3.2.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município de SANTA FÉ DO ARAGUAIA e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;



- 20.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 20.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.7.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **21 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 21.1.** Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 21.2.** A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, em campo Próprio do Sistema BNC.
- 21.3.** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 21.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser realizados por forma eletrônica, em campo Próprio do Sistema BNC e deverão ser enviados até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública.
- 21.6.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 21.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.8.** As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 22.3** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico e portal de transparência do Município.
- 22.4** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.5** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.6** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.7** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.8** É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo (§ 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21).
- 22.9** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.10** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.11** É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

licitatório e, qualquer interessado.

**22.12** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**22.13** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**22.14** Caso haja itens isentos de ICMS, as propostas deverão ser apresentadas com preços desonerados desse imposto, consoante decisão no [Acórdão Nº 1.025-TCU Plenário](#).

**22.15** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**22.16** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico da BNC – Bolsa Nacional de Compras, <http://www.bnc.org.br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no portal da transparência do município de SANTA FÉ DO ARAGUAIA site: <https://www.santafedoaraguaia.to.gov.br/>, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**22.17** **Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

**ANEXO I** - ETP

**ANEXO II** - Termo de Referência;

**ANEXO III** - MODELO - Formulário da Proposta;

**ANEXO IV** - MODELO – Declaração de pleno atendimento;

**ANEXO V** – MODELO – Declaração de Enquadramento como MPE;

**ANEXO VI** – MODELO – Declaração de que não emprega menor;

**ANEXO VII** – MODELO – Declaração de integralidade dos custos;

**ANEXO VIII** – MODELO – Declaração de Reserva de cargos;

**ANEXO IX** – MODELO – Declaração de inexistência de impedimento de licitar;

**ANEXO X** – MODELO – Declaração de Inexistência de vínculo com município;

**ANEXO XI** – MODELO – Declaração de CNAE.

**ANEXO XII** – MODELO – Declaração de que detém rede de postos(s).

**ANEXO XIII** – MODELO – Minuta de Termo de Contrato;

**22.16.** Até que seja efetivamente disponibilizado para o CONTRATANTE de SANTA FÉ DO ARAGUAIA o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantir a ampla publicidade, este edital será divulgado na página do Poder Executivo de SANTA FÉ DO ARAGUAIA (<https://www.santafedoaraguaia.to.gov.br/>), e no portal bnc.org.br.

Município de SANTA FÉ DO ARAGUAIA - TO, 19 de novembro de 2024

VICENÇA VIEIRA DANTAS LINO DA SILVA  
PREFEITA MUNICIPAL





## ANEXO I- ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### Objeto:

Contratação de empresa especializada para administrar o fornecimento, gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis (gasolina, diesel comum e diesel S-10), utilizando cartões eletrônicos com chip ou tarja magnética, para atender à frota de veículos da **Prefeitura de Santa fé do Araguaia To**, e Fundos Municipais e Secretarias Municipais, conforme disposto na **Lei 14.133/2021**.

### 1. Introdução

Este ETP tem por objetivo justificar a necessidade de contratação de serviços de gerenciamento e controle de abastecimento de combustíveis para a frota de veículos da Prefeitura de Santa Fé do Araguaia-TO, abrangendo os Fundos Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social e Serviço Autônomo de Água e Esgoto. A contratação visa proporcionar maior eficiência no controle de gastos e assegurar a continuidade dos serviços essenciais, sobretudo em um cenário de aumento de veículos na frota, o que demanda maior consumo de combustível e controle.

### 2. Motivação

A Prefeitura Municipal de Santa Fé e seus Fundos Municipais têm enfrentado um crescimento da frota, principalmente no setor de infraestrutura, que necessita de constante reabastecimento para manter suas atividades. Além disso, o Fundo Municipal de Saúde tem utilizado veículos para transporte de pacientes, funcionários e materiais em regiões remotas, o que exige um controle rigoroso sobre o consumo de combustível.

### 3. Justificativa

A contratação dos serviços de gerenciamento de combustíveis via cartões eletrônicos permitirá um controle eficaz dos gastos e das quantidades adquiridas por cada veículo, evitando o descontrole financeiro e reduzindo a margem para erros operacionais. A disponibilidade de uma rede credenciada de postos de abastecimento trará comodidade ao município, possibilitando abastecimentos em diferentes locais do estado, especialmente durante viagens para atendimentos fora da cidade.

### 4. Alternativas

Considerou-se a possibilidade de manter o abastecimento por meio de notas fiscais manuais. No entanto, essa opção geraria maior risco de perda de controle financeiro e administrativo, além de dificuldades logísticas. Assim, o uso de cartões eletrônicos representa a alternativa mais viável e segura.

### 5. Requisitos da Contratação

A empresa contratada deverá disponibilizar um sistema de controle via cartão eletrônico para registro e controle do abastecimento de veículos e maquinários, além de fornecer relatórios periódicos sobre os gastos, quantidade de combustível adquirido e saldo disponível para cada setor.

### 6. Levantamento de Necessidades



A frota de veículos da Prefeitura de Santa Fé inclui veículos leves e pesados, utilizados nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, assistência social e serviço autônomo de água e esgoto, A Seguir, a relação de veículos por secretaria e a quantidade de combustível estimada:

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

**ESTIMATIVA DE CONSUMO:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	PLACA	ANO	MODELO	COR	CONSUMO DIÁRIO	CONSUMO MENSAL	TIPO DE COMBUSTÍVEL
01	ÔNIBUS	01	OLK 5239	2012	VW15.190 EODE.S.ORE	AMARELA	41	943	ÓLEO DIESEL S10
02	ÔNIBUS	01	OLK 5219	2012	VW/15.190 EOD E.S.ORE	AMARELA	30	690	ÓLEO DIESEL S10
02	ÔNIBUS	01	OLK 5209	2012	VW/15.190 EOD E.S.ORE	AMARELA	42	966	ÓLEO DIESEL S10
04	ÔNIBUS	01	OLL 3548	2012	VW.15.190 EOD E.S.ORE	AMARELA	35	805	ÓLEO DIESEL S10
05	ÔNIBUS	01	QWE 6J06	2022	VW/NEOBUS	AMARELA	43	989	ÓLEO DIESEL S10
06	ÔNIBUS	01	QWE 6J26	2022	VW/NEOBUS	AMARELA	40	920	ÓLEO DIESEL S10
07	ÔNIBUS	01	QWC 5180	2022	VW/NEOBUS MINI ESCO	AMARELA	36	828	ÓLEO DIESEL S10
08	ÔNIBUS	01	QWC 5190	2022	VW/NEOBUS MINI ESCO	AMARELA	37	851	ÓLEO DIESEL S10
09	VAN	01	NRZ OG76	2013	DUCATO	BRANCA	30	690	ÓLEO DIESEL S10
10	Micro ônibus	01	OLN0E27	2024	MARRUÁ	AMARELA	35	805	ÓLEO DIESEL S10
11	CARRO	01	QUN 2541	2019	GOL	PRATA	15	345	GASOLINA COMUM
12	MOTO	01	MWT 4614	2012	BROS	VERMELHA	04	92	GASOLINA
13	CARRO LOCADO	01	QKA6F95	2015	SAVEIRO	BRANCA	17	391	GASOLINA



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

14	MOTO ROÇADEIRA	01	5.6 CILINDRADA	2024	TROINANO	BRANCO	01	23	GASOLINA
----	----------------	----	----------------	------	----------	--------	----	----	----------

**PREFEITURA MUNICIPAL**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	PLACA	ANO	MODELO	COR	CONSUMO DIÁRIO	CONSUMO MENSAL	TIPO DE COMBUSTIVEL
01	Caminhao Caçamba	01	MWP 0938	2008	WOLKER 17-220	BRANCA	38	850	ÓLEO DIESEL COMUM
02	CAMINHÃO Caçamba	01	OYA6440	2014	MB ATRON 2729	BRANCA	63	1.400	ÓLEO DIESEL S10
03	CAMINHÃO Caçamba	01	SGN5D86	2022	Iveco 170e21 Caçamba	BRANCA	54	1.200	ÓLEO DIESEL S10
04	Caminhão BAÚ CAMAFRIA	01	QWF1140	2021	VW 9170 DELIVERY	BRANCA	54	1200	ÓLEO DIESEL S10
05	Caminhão Coletor COLETOR DE LIXO	01	REL 6F30	2021	MB.1060	BRANCA	36	800	ÓLEO DIESEL S10
06	Caminhão Coletor DE LIXO	01	OLK 6822		MB 1419	BRANCA	40	900	ÓLEO DIESEL COMUM
07	Escavadeira PC XCMG 01	01	AAA-0220	2021	XCMG 01 LW300KV	AMARELA	120	2600	ÓLEO DIESEL S10
08	Pá Carregadeira				XCMG 01 LW300KV	AMARELA	72	1600	ÓLEO DIESEL S10
09	Pá Carregadeira XCMG 02	01		2020	XCMG 02 LW300KV	AMARELA	36	800	ÓLEO DIESEL S10
10	Pá Carregadeira XCMG 03	01		2021	XCMG 03 LW300KV	AMARELA	60	1300	ÓLEO DIESEL S10
11	Retroescavadeira	01			XCMG 02 LW300KV	AMARELA	60	1300	ÓLEO DIESEL S10
12	Retroescavadeira	01			JCB	AMARELA	18	800	ÓLEO DIESEL S10
13	MOTO NIVELADORA	01		2021	XCMG	AMARELA	90	2000	ÓLEO DIESEL S10
14	MOTO NIVELADORA	01		2013	CATERPILAR	AMARELA	80	1800	ÓLEO DIESEL COMUM

15	MOTO BROZ 160	01	QWB0287	2019	HONDA	VERMEL HA	3	50	GASOLINA
16	MOTO START 160	01	QKG5183	2016	HONDA	PRETA	3	50	GASOLINA
17	PICK ESTRADA	01	QKC1987	2016	FIAT	BRANCA	16	350	GASOLINA
18	ONIBUS PASSAGEIR O	01	MXG8063	2010	VW MASCAGR ANMINI	AMAREL A	20	450	ÓLEO DIESEL S10
19	ONIBUS PASSAGEIR O	01	MXE1205	2012	IVECO	AMAREL A	20	440	ÓLEO DIESEL S10
20	Renault Kwid	01	QKM7586		RENAULT	BRANCA	17	380	GASOLINA
21	TRATOR PNEU	01		2016	NEW HOLLAND TT 4030	AZUL	36	800	ÓLEO DIESEL COMUM
22	TRATOR PNEU	01		2017	NEW HOLLAND T6 110	AZUL	50	1100	ÓLEO DIESEL COMUM
23	TRATOR PNEU	01		2016	JOHN DEERE 5075	VERDE	31	700	ÓLEO DIESEL S10
24	TRATOR PNEU	01		2019	JOHN DEERE 5080	VERDE	31	700	ÓLEO DIESEL S10
25	TRATOR PNEU	01		2019	NEW HOLLAND LS	AZUL	38	850	ÓLEO DIESEL COMUM

**SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE)**

ITE M	DESCRIÇÃ O	QUAN T	PLACA	ANO	MODELO	COR	CON SUM O DÍÁ RIO	CONSU MO MENSA L	TIPO DE COMBUSTIV EL
01	FIAT STRADA	01	QKC1987	2016	FIAT/STR ADA WORKING CD 86CV/140 0	BRANCO	11,1 3	333,90	GASOLINA COMUM
02	MOTOR ROÇADEIR A	01	STILL FS220	2020	FS220 STILL	LARANJA COM BRANCO	2	60	GASOLINA COMUM



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	PLACA	ANO	MODELO	COR	CONSUMO DIÁRIO	CONSUMO MENSAL	TIPO DE COMBUSTÍVEL
01	MOTO YAMAHA CROSSER S ABS	01	MWK9D92	2023	2024	VERMELHA	9	279	GASOLINA
02	MOTO YAMAHA CROSSER S ABS	01	MWK9E07	2023	2024	VERMELHA	9	279	GASOLINA
03	MOTO YAMAHA CROSSER S ABS	01	MWK9D49	2023	2024	VERMELHA	9	279	GASOLINA
04	MOTO YAMAHA CROSSER S ABS	01	MWK9D82	2023	2024	VERMELHA	9	279	GASOLINA
05	MOTO XLR	01	MVO-0831	1998	1999	BRANCA	8	248	GASOLINA
06	MOTO FAN 150	01	MXE-4585	2012	2012	VINHO	8	248	GASOLINA
07	MOTO BROS 160	01	QKE-7817	2015	2015	PRETO	11	341	GASOLINA
08	MOTO TITAN	01	MXE-4625	2012	2012	VERMELHA	10	310	GASOLINA
09	MOTO TITAN	01	MXE-4605	2012	2012	VERMELHA	10	310	GASOLINA
10	AMBULÂNCIA MASTER FUR L1H1 RENAULT	01	RSC6E74	2018	2019	BRANCO	38	1.178	ÓLEO DIESEL S10
11	AMBULANCIA SPRINTER F41B UP1 MERCEDES BENZ	01	SCM5D47	2021	2022	BRANCO	36	1.116	ÓLEO DIESEL S10
12	GOL 1.0 L MC4 VOLKSWAGEN	01	RSB1F88	2022	2023	BRANCO	31	961	GASOLINA
13	MOBI LIKE FIAT	02	RSB4E90	2021	2022	PRATA	17	532	GASOLINA

14	MOBI LIKE FIAT	01	RSB9E30	2021	2022	PRATA	19	589	GASOLINA
15	ONIBUS GRANMICRO EO VOLKSWAGEN RURAL/BRANCO	01	QKM-1767	2018	2019	BRANCO	52	1.612	ÓLEO DIESEL S10
16	RANGER XLS 2.2 4X4 FORD/CINZA MOSCOU	01	RSB-2J10	2022	2022	CINZA MOSCOU	26	806	ÓLEO DIESEL S10
17	SPIN 1.8 AT FLEX CHEVROLET/BRANCO/7 LUGARES	01	RVY-4D01	2022	2023	BRANCO	24	744	GASOLINA
18	TORO ENDUR AT6 TURBO FLEX FIAT/BRANCO	01	SCJ-5J87	2022	2023	BRANCO	17	527	GASOLINA
19	TORO ENDUR TURBO DIESEL AT9 4X4 FIAT /BRANCO	01	RSC-9B59	2021	2022	BRANCO	22	682	ÓLEO DIESEL S10
20	VAM MASTER FUR L2H2 RENAULT/BRANCO	01	QWA-3463	2019	2020	BRANCO	37	1.147	ÓLEO DIESEL S10
21	FIAT-STRADA ENDURACE 1.4 8V (cs plus)(flex) A\G 2p AMBULANCIA	01	SCD1-A61	2022	2022	BRANCO	29	899	GASOLINA
22	VOLARE V81 On MARCOPOLLO	01	QKD5A45	2024	2025	BRANCO	49	1.519	ÓLEO DIESEL S10
23	AMBULÂNCIA MASTER GREEN AM2	01	QKF7B72	2024	2025	BRANCO	23	713	ÓLEO DIESEL S10
24	FIAT ARGO TREKKING 1.3	01	QWB2H81	2024	2025	BRANCO	18	558	GASOLINA

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	PLACA	ANO	MODELO	COR	CONSUMO DIÁRIO	CONSUMO MENSAL	TIPO DE COMBUSTÍVEL
------	-----------	-------	-------	-----	--------	-----	----------------	----------------	---------------------



01	CAMIONETE	01	MWB8A46	2023/2024	L200 TRITON SPO GL 2.4 4X4	BRANCA	50	1200	ÓLEO DISSEL S10
02	ONIX PLUS JOY	01	RSC5B04	2021	CHE/ONIX PLUS JOY	BRANCA	24,541	589	GASOLINA COMUM
02	PICK-UP	01	QWD8G74	2021	RENALT/OROCH EXP 16 SCE	BRANCA	26	624	GASOLINA COMUM
04	MOTO	01	QWC3396	2019	BIZ 125	BRANCA	0,20	4,80	GASOLINA COMUM

## 7. Quantitativos e Preços Estimados

Os preços dos combustíveis foram levantados conforme o artigo 23 da Lei 14.133/21, utilizando o Banco de Preços, onde os preços foram devidamente registrados. Abaixo estão os quantitativos e valores estimados:

**ESTIMATIVA GERAL: R\$3.664.067,10 ( tres milhoes seiscentos e sessenta e quatro mil sessenta e sete reais e dez centavos) taxa administrativa ( estimada 1,14%)**

Item	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
Gasolina Gasolina	Litro	86.012,000	R\$ 6,80	R\$ 584.881,60
Óleo Diesel S-10 L	Litro	342.870,000	R\$ 6,65	R\$ 2.280.085,50
Óleo Diesel comum	Unidade	122.00,00	R\$ 6,55	R\$ 799.100,00

*ESTIMATIVA POR FUNDO/CNPJ:*

Gasolina, Óleo Diesel Comum, e Óleo Diesel S-10.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Total	Fundo Municipal de Educação	Fundo Municipal de Saúde	Fundo Municipal de Assistência Social	Serviço autônomo de água e esgoto	Prefeitura e Secretarias	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
Combustível - Gasolina	Fornecimento de gasolina para a frota	Litro	86.012	10.212.000	43.000	16.800	4.000	12.000,00	6,80	155.612,000
Combustível - Diesel S-10	Fornecimento de diesel S-10 para a frota	Litro	342.870	84.870	98.000	10.000		150.000,0000	6,65	2.280,085, 50
Combustível - Diesel comum	Fornecimento de diesel comum para a frota	Litro	122.000			2.0000		120.000,0000	6,55	799.10,000

*Esses valores foram estabelecidos a partir do levantamento de preços conforme o artigo 23 da Lei 14.133/21.*

## 8. Riscos

Os principais riscos relacionados a não contratação dos serviços incluem a falta de controle sobre o consumo de combustível, que pode impactar diretamente na execução dos serviços de saúde, educação, assistência social. Além disso, há o risco de falta de combustível para a frota, caso a contratação não seja realizada até Dezembro de 2024

## 9. Viabilidade

### Estudo de Viabilidade:

A contratação dos combustíveis por meio de licitação pública é altamente viável e estratégica para o município de Santa Fé. A ampliação da frota municipal nos últimos anos, principalmente com a inclusão de veículos pesados e maquinários para manutenção de vias e transporte de alunos, exige uma gestão eficiente do abastecimento. Além disso, o fornecimento desses insumos é essencial para garantir a continuidade de serviços públicos fundamentais nas áreas de saúde, educação, assistência social e infraestrutura.

A viabilidade econômica é fortalecida pela centralização da compra através de uma licitação, o que possibilita a obtenção de melhores preços e condições, aproveitando a economia de escala. O abastecimento via postos credenciados, dentro e fora do município, também proporciona uma flexibilidade essencial para a execução de serviços de rotina e emergenciais em localidades distantes.

Por fim, o uso de combustíveis de menor impacto ambiental, como o Diesel S10, segue as diretrizes de sustentabilidade, o que contribui para a adequação do município às normas ambientais vigentes.

Dessa forma, a contratação de combustíveis não apenas viável, mas necessária para assegurar a continuidade dos serviços municipais essenciais, e manter a economia e a eficiência na gestão pública de Santa Fé do Araguaia.

## 10. Critérios de Escolha

Optou-se pelo uso de um cartão eletrônico com chips ou tarja magnética, que oferece maior segurança, agilidade no controle de despesas e facilita o abastecimento em postos conveniados. A escolha desse método leva em consideração a comodidade de atender à frota de veículos em diferentes locais, evitando interrupções nos serviços.

## 11. Dotação Orçamentária

### \*PREFEITURA MUNICIPAL:

Ficha	Ação	Dotação	Fonte	Elemento	PERCENTUAL
126		3.9.4.122.1202.2.044	1.500.0000	3.39030	100%

### FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Ficha	Ação	Dotação	Fonte	Elemento	PERCENTUAL
337	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	7.7.12.361.403.2.030	1.500.1001	3.3.90.30	48%
355	SALÁRIO EDUCAÇÃO	7.7.12.361.403.2.205	1.500.0000	3.3.90.30	13%
386	FUNDEB	7.8.12.361.403.2.098	1.540.000	3.3.90.30	39%

### SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO (SAAE):

Ficha	Ação	Dotação	Fonte	Elemento	PERCENTUAL
318		5.13.17.512.611.2.094	1.799.9019.0000	3.3.90.39	100%

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE:**

Ficha	Ação	Dotação	Fonte	Elemento	PERCENTUAL
468	MANUTENÇÃO DO PACS	10.10.10.301.1004.2.053	1002	3.3.90.30	0,4%
468	MANUTENÇÃO DO PACS	10.10.10.301.1004.2.053	1600	3.3.90.30	1,9%
451	MANT. AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICO DE SAUDE	10.10.10.301.1004.2.048	1002	3.3.90.30	10,97%
451	MANT. AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICO DE SAUDE	10.10.10.301.1004.2.048	1600	3.3.90.30	37,66%
461	MANUTENÇÃO DO ESF	10.10.10.301.1004.2.049	1002	3.3.90.30	0,5%
461	MANUTENÇÃO DO ESF	10.10.10.301.1004.2.049	1600	3.3.90.30	16,35%
500	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIG.EM SAUDE	10.10.10.305.0181.2.160	1002	3.3.90.30	0,3%
500	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIG.EM SAUDE	10.10.10.305.0181.2.160	1600	3.3.90.30	7,63%
477	MANUT.DOS SERVIÇOS DE SAUDE ESPECIALIZADO-MAC	10.10.10.302.1004.2.219	1002	3.3.90.30	0,5%
477	MANUT.DOS SERVIÇOS DE SAUDE ESPECIALIZADO-MAC	10.10.10.302.1004.2.219	1600	3.3.90.30	17,84%
483	MANUT.DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MOVEL E URGENCIA-SAMU	10.10.10.302.1004.3.016	1002	3.3.90.30	0,99%
483	MANUT.DOS SERVIÇOS DE	10.10.10.302.1004.3.016	1600	3.3.90.30	4,96%



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

	ATENDIMENTO MOVEL E URGENCIA-SAMU				
--	---	--	--	--	--

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL:**

Ficha	Dotação	Fonte	Elemento	PERCENTUAL
273	04.04.08.244.2037.3.008	1660.0000	3.3.90.30	59%
231	04.04.08.222.0052.3.005	1.500.0000	3.3.90.30	40%
267	04.04.08.244.2037.3.007	1660.000	3.3.90.30	1%

- Diante do exposto, justifica-se a contratação de serviços especializados para controle de combustíveis, visando garantir a continuidade dos serviços prestados pelos Fundos Municipais e Secretarias, bem como a otimização dos recursos disponíveis.

---

AMERICO FERREIRA REGO  
SEC. DE INFRAESTRUTURA



## TERMO DE REFERÊNCIA

### Objeto:

Contratação de empresa especializada para administração, fornecimento, gerenciamento e controle de combustíveis através de cartão eletrônico, com atendimento 24 horas, em rede credenciada, para a frota de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal de Santa Fé do Araguaia-TO e Fundos Municipais (Educação, Saúde, Assistência Social e Serviço Autônomo de Água e Esgoto.).

### 1. Justificativa

A contratação visa atender as necessidades de abastecimento da frota da Prefeitura e dos Fundos Municipais, uma vez que houve um aumento significativo da frota de veículos, especialmente na Prefeitura, o que demanda maior quantidade de combustíveis. Esse aumento é resultado da Aquisição de novos veículos e maquinários para as secretarias, o que impacta diretamente a Operação de serviços essenciais, como transporte escolar, saúde pública, assistência social, Infraestrutura e suporte às atividades administrativas e operacionais do município.

A utilização de um sistema de gerenciamento por cartão eletrônico permite maior controle dos gastos e consumo de combustíveis, fornecendo relatórios detalhados por veículo, secretaria e Fundo, além de possibilitar abastecimentos em diferentes localidades.

O sistema de cartão eletrônico também trará comodidade ao permitir que os veículos possam ser abastecidos em uma rede ampla de postos conveniados, inclusive durante viagens intermunicipais e interestaduais, garantindo a operação contínua e sem interrupções dos serviços públicos.

📌 **Fundo Municipal de Educação:** A frota de veículos do Fundo Municipal de Educação é responsável pelo transporte escolar, principalmente nas zonas rurais, cobrindo grandes distâncias diariamente. Isso demanda um controle rigoroso do consumo de combustíveis, dado o número crescente de alunos que precisam ser transportados para as escolas municipais. A contratação da empresa especializada garante a continuidade do transporte escolar, assegurando que os alunos tenham acesso regular à educação, mesmo em áreas remotas.

📌 **Fundo Municipal de Saúde:** O Fundo Municipal de Saúde utiliza sua frota para transportar pacientes, inclusive para emergências e tratamentos especializados, para cidades como Araguaína (96 km) e Palmas (447,5 km), (Arapoema) Além disso, há a necessidade de transporte para assentamentos como Esses deslocamentos exigem um controle detalhado do consumo de combustível, uma vez que a falta de abastecimento pode comprometer a vida dos pacientes. A contratação da empresa permite que os veículos da saúde estejam sempre prontos para atender à população, principalmente em situações de emergência, e garante a continuidade dos atendimentos médicos em áreas rurais.

📌 **Fundo Municipal de Assistência Social:** A frota da Assistência Social é responsável por apoiar a população em situação de vulnerabilidade, incluindo o transporte de pessoas para serviços sociais e a organização de eventos comunitários. Além disso, o Fundo auxilia na execução de programas sociais que exigem o deslocamento de equipes em áreas urbanas e rurais. A gestão eficiente do abastecimento é fundamental para garantir que esses serviços sejam prestados de forma ininterrupta, especialmente em tempos de crise ou durante campanhas sazonais.

📌 **Prefeitura e Secretarias Municipais:** A frota da Prefeitura Municipal e suas secretarias é usada principalmente para a manutenção da infraestrutura urbana e rural, como a recuperação de estradas vicinais, transporte de funcionários e materiais para obras públicas, limpeza urbana, além de outras atividades operacionais essenciais. O aumento da frota municipal, especialmente no setor de infraestrutura, demanda maior consumo de combustíveis. A contratação da empresa especializada garante o abastecimento contínuo, evitando paralisações nos serviços públicos essenciais. A gestão de combustível também se torna necessária para apoiar as viagens intermunicipais realizadas a serviço, como o transporte de funcionários para cursos de capacitação, reuniões e eventos.

### 2. Objetivo da Contratação





Contratar uma empresa que ofereça serviços de administração e controle de combustíveis com fornecimento por meio de cartão eletrônico, que permita abastecimento em uma rede credenciada de postos 24 horas por dia, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santa Fé do Araguaia-TO e Fundos Municipais.

### 3. Especificações Técnicas

A empresa contratada deverá fornecer:

1. **Cartão eletrônico de abastecimento** para controle e gerenciamento dos consumos de combustíveis.
2. **Relatórios detalhados** do consumo por veículo, por fundo e por secretaria, com informações diárias, semanais e mensais.
3. **Rede credenciada** de postos de combustíveis abrangendo o estado e as regiões vizinhas, com operação 24 horas. **Os postos credenciados devem estar localizados em percursos estratégicos, que incluam rotas utilizadas pelos veículos municipais em suas atividades, como viagens para atendimentos de saúde, transporte escolar e apoio a eventos.**
4. **Suporte técnico e operacional 24 horas**, para resolução de problemas no sistema de controle de combustíveis.
5. **Controle centralizado** por plataforma eletrônica, que permita ao gestor visualizar e monitorar os gastos em tempo real, possibilitando ajustes imediatos quando necessário.
6. **Garantia de continuidade dos serviços:** A empresa vencedora **não poderá bloquear o abastecimento de veículos de um Fundo Municipal** (Educação, Saúde, Assistência Social) ou da Prefeitura Municipal por problemas de pagamento de outro Fundo ou secretaria. Cada Fundo ou Secretaria possui sua própria dotação orçamentária e obrigação financeira, não podendo haver prejuízos cruzados entre eles.
7. **Postos de combustíveis não vinculados a pagamentos:** Os postos credenciados **não poderão negar o abastecimento** por motivos de falta de pagamento por parte da contratada, visto que a responsabilidade pelo pagamento é exclusivamente entre a empresa contratada e os postos credenciados. A obrigação do município limita-se ao contrato estabelecido diretamente com a empresa vencedora do processo licitatório, sem interferência direta dos postos no processo de abastecimento.

### 4. Quantitativo Estimado de Combustíveis por Fundo

A tabela abaixo apresenta os quantitativos estimados de combustíveis para cada Fundo Municipal e a Prefeitura, baseados nas atividades e serviços realizados ao longo do ano.

### 2. Objetivo da Contratação

Contratar uma empresa que ofereça serviços de administração e controle de combustíveis e lubrificantes, com fornecimento por meio de cartão eletrônico, que permita abastecimento em uma rede credenciada de postos 24 horas por dia, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santa Fé do Araguaia-TO e Fundos Municipais.

### 3. Especificações Técnicas

A empresa contratada deverá fornecer:

1. **Cartão eletrônico de abastecimento** para controle e gerenciamento dos consumos de combustíveis.
2. **Relatórios detalhados** do consumo por veículo, por fundo e por secretaria, com informações diárias, semanais e mensais.
3. **Rede credenciada** de postos de combustíveis abrangendo o estado e as regiões vizinhas, com operação 24 horas. **Os postos credenciados devem estar localizados em percursos estratégicos, que incluam rotas utilizadas pelos veículos municipais em suas atividades, como viagens para atendimentos de saúde, transporte escolar e apoio a eventos.**

4. **Suporte técnico e operacional 24 horas**, para resolução de problemas no sistema de controle de combustíveis.
5. **Controle centralizado** por plataforma eletrônica, que permita ao gestor visualizar e monitorar os gastos em tempo real, possibilitando ajustes imediatos quando necessário.
6. **Garantia de continuidade dos serviços:** A empresa vencedora **não poderá bloquear o abastecimento de veículos de um Fundo Municipal** (Educação, Saúde, Assistência Social e Turismo) ou da Prefeitura Municipal por problemas de pagamento de outro Fundo ou secretaria. Cada Fundo ou Secretaria possui sua própria dotação orçamentária e obrigação financeira, não podendo haver prejuízos cruzados entre eles.
7. **Postos de combustíveis não vinculados a pagamentos:** Os postos credenciados **não poderão negar o abastecimento** por motivos de falta de pagamento por parte da contratada, visto que a responsabilidade pelo pagamento é exclusivamente entre a empresa contratada e os postos credenciados. A obrigação do município limita-se ao contrato estabelecido diretamente com a empresa vencedora do processo licitatório, sem interferência direta dos postos no processo de abastecimento.

#### 4. Quantitativo Estimado de Combustíveis por Fundo

A tabela abaixo apresenta os quantitativos estimados de combustíveis para cada Fundo Municipal e a Prefeitura, baseados nas atividades e serviços realizados ao longo do ano.º ,

Fundo/Setor	Gasolina (Litros)	Óleo Diesel S-10 (Litros)	Óleo Diesel comum (Litros)	Valor Total Estimado (R\$)
Prefeitura Municipal	12.000,000	150.000,00	120.000,00	R\$ 1.865,100, 00
Fundo Municipal de Educação	10.212.000	84.870.000		R\$ 633.827,10
Fundo Municipal de Saúde	43.000,000	98.000,00		R\$ 944.100,000
Fundo Municipal de Assistência Social	16.800,00	10.000,00	2.000,000	R\$ 193.840,00
Serviço Autonomo de Agua.	4.000,000			R\$ 27.200,000

**Total estimado: R\$3.664.067,10 ( tres milhoes seiscentos e sessenta e quatro mil sessenta e sete reais e dez centavos)**

#### FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	PLACA	ANO	MODELO	COR	CONSUMO DIÁRIO	CONSUMO MENSAL	TIPO DE COMBUSTIVEL
01	ÔNIBUS	01	OLK 5239	2012	VW15.190 EODE.S. ORE	AMARELA	41	943	ÓLEO DIESEL S10
02	ÔNIBUS	01	OLK 5219	2012	VW/15.190 EOD E.S.ORE	AMARELA	30	690	ÓLEO DIESEL S10
02	ÔNIBUS	01	OLK 5209	2012	VW/15.190 EOD E.S. ORE	AMARELA	42	966	ÓLEO DIESEL S10
04	ÔNIBUS	01	OLL 3548	2012	VW.15.190 EOD E.S ORE	AMARELA	35	805	ÓLEO DIESEL S10
05	ÔNIBUS	01	QWE 6J06	2022	VW/NEOBUS	AMARELA	43	989	ÓLEO DIESEL S10
06	ÔNIBUS	01	QWE 6J26	2022	VW/NEOBUS	AMARELA	40	920	ÓLEO DIESEL S10



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO**  
**CNPJ: 25.063.918/0001-00**  
**ADM: 2021-2024**

**Fls.**

07	ÔNIBUS	01	QWC 5180	2022	VW/NEOBUS MINI ESCO	AMARELA	36	828	ÓLEO DIESEL S10
08	ÔNIBUS	01	QWC 5190	2022	VW/NEOBUS MINI ESCO	AMARELA	37	851	ÓLEO DIESEL S10
09	VAN	01	NRZ 0G76	2013	DUCATO	BRANCA	30	690	ÓLEO DIESEL S10
10	MICRO ÔNIBUS	01	OLN0E27	2024	MARRUÁ	AMARELA	35	805	ÓLEO DIESEL S10
11	CARRO	01	QUN 2541	2019	GOL	PRATA	15	345	GASOLINA COMUM
12	MOTO	01	MWT 4614	2012	BROS	VERMELHA	04	92	GASOLINA
13	CARRO LOCADO	01	QKA6F95	2015	SAVEIRO	BRANCA	17	391	GASOLINA
14	MOTO ROÇADEIRA	01	5.6 CILINDRAD A	2024	TROINANO	BRANCO	01	23	GASOLINA

**PREFEITURA MUNICIPAL:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	PLACA	ANO	MODELO	COR	CONSUMO DIÁRIO	CONSUMO MENSAL	TIPO DE COMBUSTIVEL
01	Caminhao Caçamba	01	MWP 0938	2008	WOLKER 17-220	BRANCA	38	850	ÓLEO DIESEL COMUM
02	CAMINHÃO Caçamba	01	OYA6440	2014	MB ATRON 2729	BRANCA	63	1.400	ÓLEO DIESEL S10
03	CAMINHÃO Caçamba	01	SGN5D86	2022	Iveco 170e21 Caçamba	BRANCA	54	1.200	ÓLEO DIESEL S10
04	Caminhão BAÚ CAMA FRIA	01	QWF1140	2021	VW 9170 DELIVERY	BRANCA	54	1200	ÓLEO DIESEL S10
05	Caminhão Coletor COLETOR DE LIXO	01	REL 6F30	2021	MB.1060	BRANCA	36	800	ÓLEO DIESEL S10
06	Caminhão Coletor DE LIXO	01	OLK 6822		MB 1419	BRANCA	40	900	ÓLEO DIESEL COMUM
07	Escavadeira PC XCMG 01	01	AAA-0220	2021	XCMG 01 LW300KV	AMARELA	120	2600	ÓLEO DIESEL S10
08	Pá Carregadeira				XCMG 01 LW300KV	AMARELA	72	1600	ÓLEO DIESEL S10
09	Pá Carregadeira XCMG 02	01		2020	XCMG 02 LW300KV	AMARELA	36	800	ÓLEO DIESEL S10
10	Pá Carregadeira XCMG 03	01		2021	XCMG 03 LW300KV	AMARELA	60	1300	ÓLEO DIESEL S10

11	Retroescavadeira	01			XCMG 02 LW300KV	AMARELA	60	1300	ÓLEO DIESEL S10
12	Retroescavadeira	01			JCB	AMARELA	18	800	ÓLEO DIESEL S10
13	MOTO NIVELADORA	01		2021	XCMG	AMARELA	90	2000	ÓLEO DIESEL S10
14	MOTO NIVELADORA	01		2013	CATERPILLAR	AMARELA	80	1800	ÓLEO DIESEL COMUM
15	MOTO BROZ 160	01	QWB0287	2019	HONDA	VERMELHA	3	50	GASOLINA
16	MOTO START 160	01	QKG5183	2016	HONDA	PRETA	3	50	GASOLINA
17	PICK ESTRADA	01	QKC1987	2016	FIAT	BRANCA	16	350	GASOLINA
18	ONIBUS PASSAGEIRO	01	MXG8063	2010	VW MASCAGRAMINI	AMARELA	20	450	ÓLEO DIESEL S10
19	ONIBUS PASSAGEIRO	01	MXE1205	2012	IVECO	AMARELA	20	440	ÓLEO DIESEL S10
20	Renault Kwid	01	QKM7586		RENAULT	BRANCA	17	380	GASOLINA
21	TRATOR PNEU	01		2016	NEW HOLLAND TT 4030	AZUL	36	800	ÓLEO DIESEL COMUM
22	TRATOR PNEU	01		2017	NEW HOLLAND T6 110	AZUL	50	1100	ÓLEO DIESEL COMUM
23	TRATOR PNEU	01		2016	JOHN DEERE 5075	VERDE	31	700	ÓLEO DIESEL S10
24	TRATOR PNEU	01		2019	JOHN DEERE 5080	VERDE	31	700	ÓLEO DIESEL S10
25	TRATOR PNEU	01		2019	NEW HOLLAND LS	AZUL	38	850	ÓLEO DIESEL COMUM

**SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO (SAAE):**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	PLACA	ANO	MODELO	COR	CONSUMO DIÁRIO	CONSUMO MENSAL	TIPO DE COMBUSTIVEL
01	FIAT STRADA	01	QKC1987	2016	FIAT/STRADA WORKING CD 86CV/1400	BRANCO	11,13	333,90	GASOLINA COMUM



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

01	MOTOR ROÇADEIRA	01	STILL FS220	2020	FS220 STILL	LARANJA COM BRANCO	2	60	GASOLINA COMUM
----	-----------------	----	-------------	------	-------------	--------------------	---	----	----------------

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	PLACA	ANO	MODELO	COR	CONSUMO DIÁRIO	CONSUMO MENSAL	TIPO DE COMBUSTÍVEL
01	MOTO YAMAHA CROSSER S ABS	01	MWK9D92	2023	2024	VERMELHA	9	279	GASOLINA
02	MOTO YAMAHA CROSSER S ABS	01	MWK9E07	2023	2024	VERMELHA	9	279	GASOLINA
03	MOTO YAMAHA CROSSER S ABS	01	MWK9D49	2023	2024	VERMELHA	9	279	GASOLINA
04	MOTO YAMAHA CROSSER S ABS	01	MWK9D82	2023	2024	VERMELHA	9	279	GASOLINA
05	MOTO XLR	01	MVO-0831	1998	1999	BRANCA	8	248	GASOLINA
06	MOTO FAN 150	01	MXE-4585	2012	2012	VINHO	8	248	GASOLINA
07	MOTO BROS 160	01	QKE-7817	2015	2015	PRETO	11	341	GASOLINA
08	MOTO TITAN	01	MXE-4625	2012	2012	VERMELHA	10	310	GASOLINA
09	MOTO TITAN	01	MXE-4605	2012	2012	VERMELHA	10	310	GASOLINA
10	AMBULÂNCIA MASTER FURL1H1 RENAULT	01	RSC6E74	2018	2019	BRANCO	38	1.178	ÓLEO DIESEL S10
11	AMBULANCIA SPRINTER F41B UP1 MERCEDES BENZ	01	SCM5D47	2021	2022	BRANCO	36	1.116	ÓLEO DIESEL S10
12	GOL 1.0 L MC4 VOLKSWAGEN	01	RSB1F88	2022	2023	BRANCO	31	961	GASOLINA
13	MOBI LIKE FIAT	02	RSB4E90	2021	2022	PRATA	17	532	GASOLINA



14	MOBI LIKE FIAT	01	RSB9E30	2021	2022	PRATA	19	589	GASOLINA
15	ONIBUS GRANMICRO EO VOLKSWAGEN RURAL/BRANCO	01	QKM-1767	2018	2019	BRANCO	52	1.612	ÓLEO DIESEL S10
16	RANGER XLS 2.2 4X4 FORD/CINZA MOSCOU	01	RSB-2J10	2022	2022	CINZA MOSCOU	26	806	ÓLEO DIESEL S10
17	SPIN 1.8 AT FLEX CHEVROLET/BRANCO/7 LUGARES	01	RVY-4D01	2022	2023	BRANCO	24	744	GASOLINA
18	TORO ENDUR AT6 TURBO FLEX FIAT/BRANCO	01	SCJ-5J87	2022	2023	BRANCO	17	527	GASOLINA
19	TORO ENDUR TURBO DIESEL AT9 4X4 FIAT /BRANCO	01	RSC-9B59	2021	2022	BRANCO	22	682	ÓLEO DIESEL S10
20	VAM MASTER FUR L2H2 RENAULT/BRANCO	01	QWA-3463	2019	2020	BRANCO	37	1.147	ÓLEO DIESEL S10
21	FIAT-STRADA ENDURACE 1.4 8V (cs plus)(flex) A\G 2p AMBULANCIA	01	SCD1-A61	2022	2022	BRANCO	29	899	GASOLINA
22	VOLARE V8l On MARCOPOLLO	01	QKD5A45	2024	2025	BRANCO	49	1.519	ÓLEO DIESEL S10
23	AMBULÂNCIA MASTER GREEN AM2	01	QKF7B72	2024	2025	BRANCO	23	713	ÓLEO DIESEL S10
24	FIAT ARGO TREKKING 1.3	01	QWB2H81	2024	2025	BRANCO	18	558	GASOLINA

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	PLACA	ANO	MODELO	COR	CONSUMO DIÁRIO	CONSUMO MENSAL	TIPO DE COMBUSTÍVEL
------	-----------	-------	-------	-----	--------	-----	----------------	----------------	---------------------

01	CAMION ETE	01	MWB8A46	2023/2 024	L200 TRITON SPO GL 2.4 4X4	BRAN CA	50	1200	ÓLEO DISSEL S10
02	ONIX PLUS JOY	01	RSC5B04	2021	CHE/ONI X PLUS JOY	BRAN CA	24,541	589	GASOLINA COMUM
02	PICK-UP	01	QWD8G74	2021	RENALT/ OROCH EXP 16 SCE	BRAN CA	26	624	GASOLINA COMUM
04	MOTO	01	QWC3396	2019	BIZ 125	BRAN CA	0,20	4,80	GASOLINA COMUM

## 5. Critérios de Escolha

A escolha será baseada em:

1. **Maior rede de postos credenciados:** A empresa que oferecer maior cobertura de postos de combustíveis credenciados, especialmente em áreas estratégicas fora do município, e **em percursos essenciais** como as rotas para atendimento médico, transporte escolar e eventos do município.
2. **Suporte 24 horas:** Atendimento eficiente, com resposta imediata para resolução de problemas com cartões ou abastecimentos.
3. **Relatórios detalhados:** Capacidade de fornecer relatórios diários, semanais e mensais, facilitando o acompanhamento dos gastos e o controle interno.
4. **Transparência e segurança:** Sistema confiável que garanta a integridade dos dados, evitando fraudes e discrepâncias no abastecimento.
5. **Postos de combustíveis não vinculados a pagamento direto:** O processo de abastecimento deverá ser realizado sem exigência de pagamento imediato nos postos, garantindo que a obrigação de pagamento é exclusivamente entre a contratada e o município.
6. **Critério de julgamento:** O critério de julgamento será pelo **menor valor da taxa administrativa** oferecida pela empresa contratada, **não podendo ser superior a 1,14%** sobre o valor total da operação de abastecimento e gerenciamento.

## 6. Justificativa Econômica

A contratação de uma empresa para o gerenciamento e controle de abastecimento é economicamente vantajosa, pois permitirá ao município:

1. **Maior controle dos gastos:** Com o uso de cartões eletrônicos e a emissão de relatórios detalhados, será possível controlar rigorosamente o consumo de combustíveis.
2. **Redução de desperdícios:** A análise de consumo de cada veículo permitirá identificar possíveis excessos ou desvios.
3. **Facilidade operacional:** O sistema de abastecimento eletrônico agilizará os processos administrativos, evitando falhas ou atrasos na operação de veículos e maquinários.

## 7. Riscos e Mitigação

Os principais riscos relacionados à não contratação incluem:

- **Falta de controle no consumo:** Sem um sistema adequado, há maior risco de descontrole financeiro e operacional ineficiente.
- **Interrupção de serviços essenciais:** O não fornecimento de combustível impactará diretamente a operação de serviços como transporte escolar, saúde e atendimento social.
- **Desperdício de recursos:** A falta de um controle centralizado pode acarretar em desperdícios e despesas desnecessárias.

A mitigação desses riscos será feita com o monitoramento contínuo através de relatórios detalhados e a disponibilidade de suporte técnico 24 horas para solucionar problemas rapidamente.

## 8. Viabilidade

A contratação de uma empresa para o gerenciamento de combustíveis por meio de cartão eletrônico é viável e se justifica pela necessidade de otimizar o uso de recursos públicos, garantir o abastecimento contínuo da frota e proporcionar maior transparência no controle de gastos. Além disso, a utilização de cartões eletrônicos permite flexibilidade no atendimento, especialmente em viagens intermunicipais, oferecendo conveniência para abastecimento em locais distantes e diferentes postos credenciados.

## 9. Condições de Pagamento

Os pagamentos à empresa contratada serão feitos mediante **empenhos estimativos**, considerando os consumos reais de combustíveis e lubrificantes, de acordo com a necessidade de cada Fundo Municipal e Secretaria. **O prazo para pagamento** das faturas será de até **90 dias**, após a apresentação da nota fiscal e respectiva medição dos serviços.

## 10. Dotação Orçamentária

### \*PREFEITURA MUNICIPAL:

Ficha	Ação	Dotação	Fonte	Elemento	PERCENTUAL
126		3.9.4.122.1202.2.044	1.500.0000	3.39030	100%

### FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Ficha	Ação	Dotação	Fonte	Elemento	PERCENTUAL
337	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	7.7.12.361.403.2.030	1.500.1001	3.3.90.30	48%
355	SALÁRIO EDUCAÇÃO	7.7.12.361.403.2.205	1.500.0000	3.3.90.30	13%
386	FUNDEB	7.8.12.361.403.2.098	1.540.000	3.3.90.30	39%

### SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO (SAAE):



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

Ficha	Ação	Dotação	Fonte	Elemento	PERCENTUAL
318		5.13.17.512.611.2.094	1.799.9019.0000	3.3.90.39	100%

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL:**

Ficha	Ação	Dotação	Fonte	Elemento	PERCENTUAL
273	BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	04.04.08.244.2037.3.008	1660.0000	3.3.90.30	59%
231		04.04.08.222.0052.3.005	1.500.0000	3.3.90.30	40%
267		04.04.08.244.2037.3.007	1660.000	3.3.90.30	1%d

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:**

451	MANT. AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICO DE SAUDE	10.10.10.301.1004.2.048	1002	3.3.90.30	10,97%
451	MANT. AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICO DE SAUDE	10.10.10.301.1004.2.048	1600	3.3.90.30	37,66%
461	MANUTENÇÃO DO ESF	10.10.10.301.1004.2.049	1002	3.3.90.30	0,5%
461	MANUTENÇÃO DO ESF	10.10.10.301.1004.2.049	1600	3.3.90.30	16,35%
500	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIG.EM SAUDE	10.10.10.305.0181.2.160	1002	3.3.90.30	0,3%
500	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIG.EM SAUDE	10.10.10.305.0181.2.160	1600	3.3.90.30	7,63%
477	MANUT.DOS SERVIÇOS DE SAUDE ESPECIALIZADO-MAC	10.10.10.302.1004.2.219	1002	3.3.90.30	0,5%
477	MANUT.DOS SERVIÇOS DE SAUDE ESPECIALIZADO-	10.10.10.302.1004.2.219	1600	3.3.90.30	17,84%



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

	MAC				
483	MANUT.DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MOVEL E URGENCIA-SAMU	10.10.10.302.1004.3.016	1002	3.3.90.30	0,99%
483	MANUT.DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MOVEL E URGENCIA-SAMU	10.10.10.302.1004.3.016	1600	3.3.90.30	4,96%

SETOR SOLICITANTE	16. ORDENADOR DA DESPESA
AMERICO FERREIRA REGO DE INFRAESTRUTURA	Declaro, como ordenador de Despesas, para os fins do art. 16, inciso II da LC nº 101, de 4/5/2000, que a presente despesa tem adequação orçamentária, financeira e está compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes orçamentária. AUTORIZO E APROVO ESTE TERMO   <div>VICENÇA VIEIRA DANTAS LINO DA SILVA PREFEITA MUNICIPAL</div>



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

### ANEXO III

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2024- FORMULÁRIO-PROPOSTA

Dados da Empresa Licitante:

Nome ..... da ..... empresa ..... (razão social).....

Endereço:.....

Cidade:.....UF:.....CEP:.....

CNPJ n.....Telefone/:.....

E- mail:.....

Responsável pela assinatura do contrato: Nome:.....

Email:.....

Cargo/função:.....Telefone/:.....

CPF ..... n° ..... RG

Dados bancários da empresa licitante (com dígito verificador):

Banco n:.....Agência n:.....Conta-corrente n:.....

A presente proposta tem como objeto o fornecimentos dos itens abaixo discriminados, em conformidade com as especificações, quantidades e demais condições definidas no edital e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	VALOR UNITÁRIO/ MENOR TAXA ADMINISTRATIVA
1.	<b>** deve o proponente especificar o <u>objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente</u> as características técnicas do produto ofertado, incluindo especificação, quando for o caso de marca, procedência e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas.</b>		%1,14

Nos anexos estão indicados as marcas/modelos de referência. Declaro que cumpro e acato todos os dispositivos estabelecidos no edital e seus anexos.

**Declaramos que**, nos preços indicados em nossa proposta estão computados todas as despesas de transporte, os tributos, encargos sociais e trabalhistas, e demais custos que os compõem.

**Declaramos que**, sob pena de desclassificação no valor da presente proposta, estão incluídos todos a integralidade dos custos para atendimento dos diretos trabalhistas assegurados pela constituição federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais , nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.





ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

O prazo de validade de nossa proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da abertura da licitação.

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX de 2024

(nome e assinatura do responsável)



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

#### ANEXO IV

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2024

#### DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO

Nome da empresa \*\*\*\*\*, tipo de sociedade \*\*\*\*\*, com endereço na\*\*\*\*\*, inscrita no CNPJ \*\*\*\*\*, representante legal \*\*\*\*\*, inscrito no CPF \*\*\*\*\* e portador do RG \*\*\*\*\*, nos termos do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021, que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Local, \*\* de \*\*\*\*\* de 2024.

NOME DA EMPRESA

Nome e assinatura do Representante Legal

(\*) Declaração elaborada em papel timbrado ou com carimbo do CNPJ



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

## ANEXO V

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2024

#### DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MPE

Nome da empresa \*\*\*\*\*, tipo de sociedade \*\*\*\*\*, com endereço na\*\*\*\*\*, inscrita no CNPJ \*\*\*\*\*, representante legal \*\*\*\*\*, inscrito no CPF \*\*\*\*\* e portador do RG \*\*\*\*\*, DECLARA sob as penas da lei que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do artigo 3º da LC 123/06, estando apta a fruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídos por não se enquadrar em nenhum das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da LC 123/06.

Local, \*\* de \*\*\*\*\* de 2024.

NOME DA EMPRESA

Nome e assinatura do Representante Legal

(\*) Declaração elaborada em papel timbrado ou com carimbo do CNPJ



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

## ANEXO VI

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº29/2024

#### DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

Nome da empresa \*\*\*\*\*, tipo de sociedade \*\*\*\*\*, com endereço na\*\*\*\*\*, inscrita no CNPJ \*\*\*\*\*, representante legal \*\*\*\*\*, inscrito no CPF \*\*\*\*\* e portador do RG \*\*\*\*\*, DECLARA sob as penas da lei que utiliza ou beneficiou, direta ou indiretamente, ou tenha sido autuada nos últimos 05 (cinco) anos pela utilização de mão de obra infantil, bem como tenha reiteradamente infringido as normas gerais de proteção ao trabalhador adolescente ou que tenha sido autuado no ano em curso ou anterior por infração a normas de segurança e saúde do trabalhador menor de idade, (em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 9.854/99 e Decreto Federal nº 4.358/2002).

Local, \*\* de \*\*\*\*\* de 2024.

NOME DA EMPRESA

Nome e assinatura do Representante Legal

(\*) Declaração elaborada em papel timbrado ou com carimbo do CNPJ



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

## ANEXO VII

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2024

#### DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

Nome da empresa \*\*\*\*\*, tipo de sociedade \*\*\*\*\*, com endereço na\*\*\*\*\*, inscrita no CNPJ \*\*\*\*\*, representante legal \*\*\*\*\*, inscrito no CPF \*\*\*\*\* e portador do RG \*\*\*\*\*, DECLARA sob as penas da lei que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, (em conformidade com o estabelecido no §1º do art. 63, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local, \*\* de \*\*\*\*\* de 2024.

NOME DA EMPRESA

Nome e assinatura do Representante Legal

(\*) Declaração elaborada em papel timbrado ou com carimbo do CNPJ



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

## ANEXO VIII

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2024

#### DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

A LICITANTE/CONTRATADA declara que cumprirá, caso aplicável, as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, (em conformidade com o estabelecido no inciso IV do art. 63, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Local, \*\* de \*\*\*\*\* de 2024.

NOME DA EMPRESA

Nome e assinatura do Representante Legal

(\*) Declaração elaborada em papel timbrado ou com carimbo do CNPJ





ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

ANEXO IX  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2024

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA LICITAR

Nome da empresa \*\*\*\*\*, tipo de sociedade \*\*\*\*\*, com endereço na\*\*\*\*\*, inscrita no CNPJ \*\*\*\*\*, representante legal \*\*\*\*\*, inscrito no CPF \*\*\*\*\* e portador do RG \*\*\*\*\*, DECLARA sob as penas da lei assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração

Local, \*\* de \*\*\*\*\* de 2024.

NOME DA EMPRESA

Nome e assinatura do Representante Legal

(\*) Declaração elaborada em papel timbrado ou com carimbo do CNPJ



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

ANEXO X  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2024

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM MUNICÍPIO

Nome da empresa \*\*\*\*\*, tipo de sociedade \*\*\*\*\*, com endereço na\*\*\*\*\*, inscrita no CNPJ \*\*\*\*\*, representante legal \*\*\*\*\*, inscrito no CPF \*\*\*\*\* e portador do RG \*\*\*\*\*, DECLARA sob as penas da lei assegurando a inexistência de vínculo com município de SANTA FÉ DO ARAGUAIA - TO, bem como não possui em seu quadro societário, sócio que seja servidor público ou empregado de empresa pública, nas esferas federal, estadual e/ou municipal.

Local, \*\* de \*\*\*\*\* de 2024.

NOME DA EMPRESA

Nome e assinatura do Representante Legal

(\*) Declaração elaborada em papel timbrado ou com carimbo do CNPJ



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

### ANEXO XI

#### DECLARAÇÃO DO CNAE

Nome da empresa \*\*\*\*\*, tipo de sociedade \*\*\*\*\*, com endereço na\*\*\*\*\*, inscrita no CNPJ \*\*\*\*\*, representante legal \*\*\*\*\*, inscrito no CPF \*\*\*\*\* e portador do RG \*\*\*\*\*, DECLARA para devidos fins de direito que o CNAE Nº \_\_\_\_\_, que representa a atividade de maior receita da empresa para verificação do enquadramento ao benefício do regime de desoneração conforme a Lei nº 12.844/2013.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome do declarante\_ RG\_\_\_\_\_

CPF\_

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_ CNPJ.



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

## ANEXO XII

### DECLARAÇÃO DE QUE DETÉM OU DETERÁ REDE DE POSTO(S) CREDENCIADO

Nome da empresa \*\*\*\*\*, tipo de sociedade \*\*\*\*\*, com endereço na\*\*\*\*\*, inscrita no CNPJ \*\*\*\*\*, representante legal \*\*\*\*\*, inscrito no CPF \*\*\*\*\* e portador do RG \*\*\*\*\*, para os fins de habilitação em atendimento ao Termo de Referência do edital n.º 14/2024. DECLARA expressamente que:

**A.** Assume a responsabilidade de deter, no mínimo, 01 (um) Posto credenciado dentro do Município de SANTA FÉ DO ARAGUAIA.

**B.** Assume a responsabilidade de deter Ostos credenciadas em todo o Estado do Tocantins, sendo no mínimo 05 (cinco) maiores cidades e também SANTA FÉ DO ARAGUAIA, de redes diferentes, bem como no Estado Goiás e Distrito Federal.

**C.** Assume a responsabilidade de deter Postos credenciados em demais Estados da Federação, localizados nas margens das principais rodovias (EX.: BR-153) que cortam o país.

**D.** A proponente assume a responsabilidade se não tiver postos credenciados, na quantidade mínima diante da necessidade de buscar o menor preço, conforme destacados acima nas letras (A, B e C) a mesma deverá providenciar o credenciamento no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de rescisão unilateral e automática.

**E.** Caso algum dos Postos credenciados pela CONTRATADA se descredenciem ou recusar efetuar o atendimento pela CONTRATADA, a mesma deverá providenciar o novo credenciamento, se necessário, para substituir o anterior no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

**F.** A licitante contratada deverá a cada 90 dias ou prazo inferir se for solicitado pela contratante, apresentar a atualização da listagem dos credenciados, sob penas de advertência e, no caso de não cumprimento, de rescisão contratual.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome do declarante\_ RG\_\_\_\_\_

CPF\_

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_ CNPJ.



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

### ANEXO XIII

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2024

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO N.º \_\_\_\_\_/202\_ - \_\_\_\_

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA representado pelo(a) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e Foro na Comarca de SANTA FÉ DO ARAGUAIA, Estado de Tocantins, localizado na \_\_\_\_\_, inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo(a) seu/sua Gestor(a) Sr./Srª. \_\_\_\_\_, (nacionalidade), inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, RG Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, residente e domiciliado à no Município de SANTA FÉ DO ARAGUAIA TO, CEP: 77.848-000, no uso das atribuições que lhes confere o ORIGINAL, neste ato denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu/sua representante legal, Sr./Srª. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, RG Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente **contrato**, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes:

#### FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Fundamenta-se o presente instrumento no procedimento realizado sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0\_/202\_**, regido pelas seguintes normas: Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, Decreto Federal nº 10.024/19, Lei Federal nº 123/2006, Decreto Federal nº 11.462/2023, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, e suas alterações posteriores, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1** O presente instrumento tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ADMINISTRAR O FORNECIMENTO, GERENCIAMENTO, CONTROLE E AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, DIESEL COMUM E DIESEL S-10), UTILIZANDO CARTÕES ELETRÔNICOS COM CHIP OU TARJA MAGNÉTICA, PARA ATENDER À FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA TO, FUNDOS MUNICIPAIS E SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

**2.1** Integram o presente instrumento, como se transcritos estivessem, o **PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0\_/2024\_**, e a proposta da CONTRATADA, homologados pelo CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

**3.1** Atribui-se ao presente contrato o valor da taxa administrativa de % \_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_), de acordo com a planilha de especificações abaixo:

**3.2** Atribui-se ao presente contrato o valor estimado de gastor de R\$ \_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_), de acordo com a planilha de especificações abaixo:



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

ÍTE M	PRODUT O	UN D	MARC A	FORNECEDOR	QTD E	Valor total estimad o em gastos	VALOR DA TAXA ADMINISTRATIV A
***	*****	***	*****	***** *	**	R\$ ***	% ***

**Parágrafo Único** – Estão inclusas no valor acima todas as despesas necessárias, tais como: mão de obra, tributos, emolumentos, despesas indiretas, encargos sociais ou quaisquer outros gastos não especificados, necessários ao perfeito cumprimento das obrigações constantes neste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**4.1** Os recursos para pagamento das despesas advindas desta contratação serão alocados neste exercício, à conta da contratante, na seguinte classificação orçamentária:

DEPARTAMENTO	DOTAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FICHA	FONTE
*****	*****	*****	***	*****

**Parágrafo Único** – O empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do valor corrigido do Contrato não caracteriza sua alteração, podendo ser registrado por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento, consoante faculdade inserta no art. 136, ins. I da Lei nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

**5.1** A vigência do contrato oriundo desse processo licitatório será a partir da Publicação do Extrato de Contrato até 12 meses, findando em xxxxxxx, sendo admitida a prorrogação da vigência do Contrato, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, mediante justificativa prévia e por escrito nos autos do processo administrativo.

**Parágrafo Único** – O presente contrato poderá ser alterado por meio da celebração de Termo Aditivo, nas hipóteses previstas no artigo 124 da Lei 14.133/2021, mediante justificativa prévia e por escrito nos autos do processo administrativo.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/OBJETO

**6.1** As regras acerca dos serviços são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato/Edital.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DA EMPRESA CONTRATADA

**7.1** As regras acerca das responsabilidades são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato/Edital

#### CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**8.1** Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Sr(a)., inscrito(a) no CPF sob o nº\_\_\_\_\_, nomeado(a) pela Portaria/Decreto nº /202\_, emitida pelo(a)\_\_\_\_\_, devidamente designado(a) para esse fim, permitida a assistência de terceiros, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro** – Os(as) servidores(as) designados(as) anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhes assegurada à prerrogativa de:

**I.** Fiscalizar a regularidade e adequação do fornecimento;





- II. Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;
- III. Verificar a conformidade dos produtos fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela **CONTRATANTE**;
- IV. Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor do contrato para pagamento;
- V. Comunicar por escrito ao gestor do contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente;
- VI. Comunicar por escrito ao gestor do contrato eventuais irregularidades cometidas pela **CONTRATADA**.
- VII. Garantir à **CONTRATADA** toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com o fornecimento dos produtos.
- VIII. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

**Parágrafo Segundo** – O fiscal que agir em desacordo com suas obrigações ficará sujeito as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Terceiro** - A fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

**Parágrafo Quarto** – A **CONTRATANTE** se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, produtos entregues em desacordo com o presente Contrato e o Procedimento Licitatório que o originou.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 9.1 São obrigações da Contratante:
- 9.2 Avaliar a execução do objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade da execução dos procedimentos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de continuidade do contrato;
- 9.4 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que não se repita;
- 9.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 9.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
- 9.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.2 Manter sempre a qualidade na prestação de serviço executado, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, logo após emitira a respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao procedimento realizado;
- 10.3 Responder, integral e exclusivamente, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto credenciado.



10.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede o procedimento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.6 Justificar a CONTRATANTE ou o seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste Termo de Referência;

10.7 Responsabilizar-se exclusiva e integralmente pelos profissionais necessários para execução do objeto, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos à CONTRATANTE;

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

**11.1.** A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal com o(s) produto(s)/serviço(s) discriminado(s).

**11.2.** O pagamento à proponente vencedora será efetuada em moeda corrente, mensalmente, através de Ordem Bancária, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias devidamente atestada por servidor designado pela Contratante, sendo uma referente a maior percentual desconto e outra para os valores do fornecimento/consumo do(s) serviço(s) prestado(s) no período.

**11.3.** O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a execução do(s) serviço(s)/fornecimento do(s) produto(s) conforme a apresentação da Nota Fiscal e o atesto por parte do gestor(a) e fiscal de contrato.

**11.3.1.** Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP,$$

Onde:

I = índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e VP = Valor da parcela em atraso.

**11.4.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na Nota Fiscal/Fatura discriminativa, a partir da execução do(s) serviço(s)/fornecimento do(s) produto(s), contendo o detalhamento dos serviços executados/produto(s) fornecido(s), com o número da autorização, nome do solicitante/Contratante, convenio (se for o caso).

**11.5.** O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento.

**11.6.** Para efetivação dos pagamentos via conta bancária a CONTRATADA deverá ter conta vinculada ao BANCO DO BRASIL e/ou BRADESCO.

**11.6.1.** Caso tenha conta bancária em outra entidade financeira, a contratada arcará com os encargos financeiros da transferência.

**11.7.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**11.7.1.** No caso em que se verificar que o documento de cobrança apresentado encontra-se em desacordo com o estabelecido, a documentação será restituída para as correções cabíveis, mediante notificação, por escrito, contando-se novo prazo para pagamento a partir de sua reapresentação.

**11.7.2.** A CONTRATANTE pagará as faturas somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.



**11.7.3.** Para habilitar-se ao pagamento a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE a 1ª via da Nota Fiscal de Venda/Fatura juntamente com a comprovação de fornecimento.

**11.7.4.** Em caso de erro ou omissão na nota fiscal ou em outro documento que o substitua, a atualização financeira somente será devida após as devidas retificações ou substituição, não sendo computado o prazo de retificações para efeito de atualização do valor a ser pago.

**11.7.5.** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

**11.7.6.** Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil, e atendidos todos os ditames legais concernentes.

**11.7.7.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

**11.7.8.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**11.7.9.** Sobre o pagamento efetuado será retido na fonte e recolhido, pelo Município de SANTA FÉ DO ARAGUAIA, os tributos federais, previstos na IN RFB 1234/2012, IN RFB Nº 1540/2015 e na IN RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023 e alterações seguintes, com exceção das empresas optantes pelo Simples Nacional.

**11.7.10.** Caso a contratada seja optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

**11.7.11.** No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

**12.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**12.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**12.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RECOMPOSIÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** O preço consignado no contrato poderá ser corrigido anualmente, através de reajuste, mediante negociação entre as partes e a formalização do pedido pela CONTRATADA, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite de apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, nos termos da Lei Estadual nº 12.525, de 30 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.

**Parágrafo Primeiro** – O cálculo para a concessão do reajuste poderá ser realizado através da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice do IPCA mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do contrato;

Io = índice do IPCA mensal relativo ao mês da apresentação da proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

**Parágrafo Segundo** – Os valores contratuais também poderão ser reajustados através da utilização da Calculadora do Cidadão, ferramenta disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, para realizar cálculo de



correção de valores, assim como, disponibiliza outras funções. O acesso à calculadora pode ser realizado por meio do endereço eletrônico: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/calculadoradocidadao>.

**Parágrafo Terceiro** – Quando da utilização da calculadora do cidadão, esta deverá ser preenchida da seguinte forma:

- I. A “data inicial” será referente ao mês de apresentação da proposta.
- II. A “data final” será a data relativa ao mês anterior ao de aniversário do contrato.
- III. O “valor corrigido” poderá ser o valor do desembolso mensal ou do valor total do contrato inicial, conforme o caso.

**Parágrafo Quarto** – Em caso de haver reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**Parágrafo Quinto** – Os preços contratados poderão ser revistos(reequilibrados), a qualquer tempo, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado ou, ainda, em situações de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

**Parágrafo Sexto** – A solicitação de revisão (reequilíbrio econômico-financeiro) dos preços deverá ser formalizada e encaminhada ao órgão contratante, e esta deverá ser respondida no prazo máximo de 1 (um) mês, sem prejuízo da execução do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

**14.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO

**15.1.** A CONTRATADA se obriga, sob as penas previstas no CONTRATO e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, mas não se limitando à legislação brasileira anticorrupção e contra a lavagem de dinheiro.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA declara e garante que não está envolvida ou irá se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, partes relacionadas, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção.

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATADA declara e garante que não se encontra, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, direta ou indiretamente:

- I. sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção;
- II. no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foi condenada ou indiciada sob a acusação de corrupção ou suborno;
- III. suspeita de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro por qualquer entidade governamental;
- IV. sujeita a restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental.

**Parágrafo Quarto** – A CONTRATADA declara que, direta ou indiretamente, não ofereceu, prometeu, pagou ou autorizou o pagamento em dinheiro, deu ou concordou em dar presentes ou qualquer objeto de valor e, durante a vigência do Contrato, não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar o pagamento em dinheiro, dar ou concordar em dar presentes ou qualquer objeto de valor a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar ilicitamente a CONTRATANTE e/ou seus negócios.

**Parágrafo Quinto** – A CONTRATADA declara que, direta ou indiretamente, não irá receber, transferir,



manter, usar ou esconder recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como não irá contratar como empregado ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção e de lavagem de dinheiro.

**Parágrafo Sexto** – A CONTRATADA se obriga a notificar prontamente, por meio físico ou digital, à CONTRATANTE a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta cláusula.

**Parágrafo Sétimo** – A CONTRATADA declara e garante que:

- I. os atuais representantes da CONTRATADA não são funcionários públicos ou empregados do governo; e que
- II. informará por escrito, no prazo de 3 (três) dias úteis, qualquer nomeação de seus representantes como funcionários públicos ou empregados do governo.
- III. A CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, rescindir o CONTRATO, caso a CONTRATADA realize referida nomeação nos termos do item II acima, sendo que, neste caso, não serão aplicáveis quaisquer multas ou penalidades à CONTRATANTE pela rescisão do CONTRATO, devendo a CONTRATADA responder por eventuais perdas e danos. **Parágrafo Oitavo** – Qualquer descumprimento das regras da Lei Federal nº 12.846/13 e suas regulamentações, por parte da CONTRATADA, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

- I. Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR;
- II. Aplicação das sanções administrativas cabíveis, descritas neste instrumento; e/ou
- III. Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

**16.1** As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**17.1** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no [\(art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013\)](#).

**17.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave [\(art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021\)](#);
- II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave [\(art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021\)](#);





**III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**IV. Multa:** Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida.

**17.3 Multa:** compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**17.4** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**17.5** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**17.6** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**17.7** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**17.8** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**17.9** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do ([art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#)), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**17.10** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a)** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** As peculiaridades do caso concreto;
- c)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**f)** Os atos previstos como infrações administrativas na ([Lei nº 14.133, de 2021](#)), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na 9 ([Lei nº 12.846, de 2013](#)), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

**17.11** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**17.12** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**17.13** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/21](#)).

**I.** reparação integral do dano causado à Administração Pública;





- II. pagamento da multa;
- III. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**17.14** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei 14.133/2021 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**17.15** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução ([Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#)).

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

**18.1** EXTINÇÃO CONTRATUAL: Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 137, caput da Lei nº 14.133/2021):

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**18.2** O CONTRATADO terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 137, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento



obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

**d)** Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

**e)** Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais.

**f)** Especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

**18.3** As hipóteses de extinção a que se referem os incisos b, c e d do item anterior observarão as seguintes disposições (art. 137, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

**a)** Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

**b)** Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**18.4** A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):

**a)** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**b)** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

**c)** Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**18.5** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**18.6** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o CONTRATADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

**a)** Devolução da garantia;

**b)** Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

**c)** Pagamento do custo da desmobilização.

**18.7** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

**a)** Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

**b)** Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

**c)** Execução da garantia contratual para:

**d)** Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;



- e) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- f) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- g) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

**18.8** Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

**18.9** A aplicação das medidas previstas nos incisos a e b ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

**18.10** Na hipótese do inciso b o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

**18.11** Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

**18.12** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

**18.13** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

**19.1** O presente CONTRATO terá o visto da Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido na Lei Federal n.º 14.133/2021.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

**20.1** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO REGISTRO

**21.1** Este instrumento contratual, após obedecer às formalidades legais, deverá ser arquivado.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

**22.1** Incumbir ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial em atenção ao art., 91, caput, da Lei n.º 14.133/2021.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

**23.1** Fica eleito o Foro da Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**23.2** E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, assinam o presente instrumento contratual que será impresso em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, sob o conhecimento de duas testemunhas abaixo identificadas, que também o subscrevem.

**23.3** A contratada poderá proceder à assinatura de forma eletrônica deste contrato conforme previsto na lei 14.063 de 23 de setembro de 2020. Portanto, por estarem em comum acordo, as partes não podem se opor, agora ou no futuro, à validade e legitimidade deste documento devido à sua execução eletrônica.



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO  
CNPJ: 25.063.918/0001-00  
ADM: 2021-2024

Fls.

SANTA FÉ DO ARAGUAIA/TO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Sr(a). (Representante)  
Gestor(a) do \_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE**

**(Razão Social)**  
CNPJ Nº  
Sr(a) (Representante)  
**CONTRATADO**

**GESTOR(A) DO CONTRATO:**

**FISCAL DO CONTRATO:**

CPF/MF:

CPF/MF: